

À  
Impugnante

**Referência:** CONCORRÊNCIA NACIONAL 0257-25 - SERVIÇOS DE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA, AMBULATORIAL, HOSPITALAR, OBSTÉTRICA, LABORATORIAL, AUXILIAR DE DIAGNÓSTICO, TERAPIAS, E SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR - (HOME CARE), PARA ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE SAÚDE DA ITAIPU

**Assunto:** Impugnação - Resposta - Pedido indeferido

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é empresa juridicamente internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. Assim, a entidade é sujeita aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros constantes das disposições pertinentes dos atos internacionais que a regem. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (em cumprimento ao prescrito no art. 28º do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), os quais se encontram disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL).

A ITAIPU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL), aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 1.2.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup>.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V. Sa., primeiramente, a ITAIPU esclarece que o contrato a ser celebrado será de Plano de Saúde na modalidade de Custo Operacional (Formação de Preço pós-estabelecido). Portanto, não haverá cobrança de mensalidades ou coparticipações pela CONTRATADA, a qual repassará as despesas assistenciais realizadas à ITAIPU para aprovação e posterior ressarcimento, conforme referências/limites contratuais.

Passamos a responder as seguintes insurgências:

<sup>1</sup> Não se aplica a Lei 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. [ACO 1.904](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

Itaipu Binacional. (...) Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. [ACO 1.905](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

**(i) alterar o Edital e seus Anexos, para que passem a prever de forma expressa (a) o reajuste anual do preço dos serviços com base nos índices VCMH e (b) o reajuste técnico na hipótese de o sinistro ultrapassar o patamar de 70%, sob pena de afronta à legislação:**

Pedido indeferido. O edital não prevê os reajustes citados nas alíneas (a) e (b) pois a contratação se dará na modalidade de Custo Operacional, ou seja, todo faturamento realizado será pago pela ITAIPU, com a eventual aplicação de glosas, conforme referências presentes no item 4 das Especificações Técnicas, Anexo III do Caderno de Bases e Condições (CBC), com acréscimo da Taxa de Administração aos gastos efetivos aprovados pela ITAIPU.

Vale ressaltar ainda que o índice utilizado como referência para reajuste anual da Tabela Médica própria da ITAIPU: 20250301 - Tabela de Honorários - 2025 é o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE e que a sinistralidade será assumida integralmente pela ITAIPU.

**(ii) incluir no Edital a previsão de que a isenção de carência deve aplicada apenas nos seguintes casos: (a) quando o ingresso do beneficiário ocorrer até 30 dias após a celebração do contrato; ou (b) quando o ingresso ocorrer no aniversário do contrato, bem como a previsão de carência no Edital e seus anexos, nos termos da legislação:**

Pedido indeferido. Por força de normativos internos trabalhistas, o Plano de Saúde (PAMHO) não possui carências, conforme previsto no Capítulo 6 - Período de Carência do Regulamento no link: REGULAMENTO PAMHO. Desta forma, a isenção de carência aos beneficiários deverá ser aplicada em qualquer caso independente de prazos.

**(iii) alterar o Edital e seus anexos, para que seja excluída exigência de garantia de assistência domiciliar (*Home Care*), uma vez que o procedimento não consta no rol de procedimentos obrigatórios fixados pela ANS, sendo, portanto, dispensável ante a consequente onerosidade do contrato:**

Pedido indeferido. O Plano de Saúde Coletivo da ITAIPU concederá assistência médica e hospitalar a todos os seus empregados, a qual inclui assistência em *Home Care*. Trata-se de uma cobertura extra ofertada pela ITAIPU. Vale ressaltar ainda que, conforme Regulamento do Plano PAMHO - Anexo I - Cobertura, além das coberturas previstas no Rol de Procedimentos editado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, bem como na Lei 9.656/98, a ITAIPU disponibilizará as coberturas adicionais para a segmentação Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia constantes na “*Tabela Médica ITAIPU*”.

**(iv) alterar o Edital e seus Anexos, para que sejam inseridas disposições acerca da previsão das 10 (dez) faixas etárias previstas na Resolução Normativa nº 563/2022 da ANS, bem como o percentual referentes as variações das contraprestações pecuniárias em razão da idade dos beneficiários, em obediência à legislação aplicável ao setor, objetivando o atendimento à legalidade e a segurança jurídica dos interessados;**

Pedido indeferido. As faixas etárias são limitadores para a definição do reajuste das mensalidades dos planos de saúde. Considerando que esta contratação é baseada na remuneração por custo operacional, sem a previsão de cobrança de mensalidades e coparticipações, esta regra não se aplica. Portanto, o plano deverá atender todos os beneficiários elegíveis pela ITAIPU, independentemente da sua faixa etária.

(v) alterar o item 2.9.3 do Edital para que os índices aplicados para a qualificação econômico-financeira justificados e respeitem o determinado na legislação, bem como para definir que comprovação de capital mínimo ou valor de patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado para a contratação seja uma alternativa à apresentação dos índices financeiros, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira da licitante;

Os índices estabelecidos no subitem 2.9.3 do CBC decorrem de normativo próprio da ITAIPU sobre a matéria e estão presentes em todas as licitações que exigem cadastro completo na ITAIPU. Diante do exposto, a ITAIPU conclui por improcedente o pedido do Impugnante.

(vi) alterar o item 2.11 do Termo de Referência anexo ao Edital, com a finalidade de excluir como requisito de comprovação de capacidade operacional de atendimento a rede própria das interessadas, o que ora se requer.

Pedido indeferido. O quesito de comprovação de Capacidade Operacional de Atendimento (CA) por meio da rede própria, cooperada e/ou credenciada é essencial para verificação de aptidão das empresas para fiel execução do contrato.

A cobertura do Plano de Saúde da Itaipu, conforme registro na ANS, é de abrangência Nacional contando com 8.280 usuários aproximadamente, conforme Distribuição Quantitativa Geográfica dos Beneficiários na *Tabela I - Distribuição Quantitativa Geográfica dos Beneficiários* do Adendo II - Especificações Técnicas, Anexo III do CBC.

Por fim, a lista de cidades presente nas Especificações Técnicas - Adendo I - *Cidades Para Rede Cooperada ou Credenciada*, demonstram as cidades obrigatórias e desejáveis, onde residem maior parte de usuários do Plano da ITAIPU, justificando a necessidade da comprovação da CA.

(vii) alterar a modalidade licitatória para pregão, tendo como critério de julgamento das propostas o menor preço, em total observância ao princípio da legalidade.

Pedido negado. Com base nas normas, a ITAIPU definiu o tipo de licitação como “técnica e preço”, com o objetivo de ponderar a taxa de administração ofertada juntamente com a Capacidade Operacional de Atendimento (CA) e a Abrangência Geográfica de Atendimento (AG) da proponente. Para a modalidade “técnica e preço”, a ITAIPU adota a modalidade de Concorrência, pois o pregão não se adequa a esse tipo de licitação.

Diante de todo o exposto, não prosperam as alegações da Impugnante e a ITAIPU decide indeferir todos os pedidos.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail [compras@itaipu.gov.br](mailto:compras@itaipu.gov.br).

Atenciosamente.

**Daniele Tassi Simioni Gemael**  
Superintendente de Compras

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/D912-8836-145B-0325> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D912-8836-145B-0325



### Hash do Documento

3ACFD2C1585C822E44C896ADFFAEBC98DC289601FD9953853517B31BFAAAF8F5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/05/2025 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemaël - 023.\*\*\*.\*\*\*-04 em 08/05/2025

13:32 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital